

Os estudos na área de inclusão na Educação Infantil: um olhar sobre trabalhos produzidos

Studies in the area of inclusion in Early Childhood Education: analyzing research produced

Isabela Araujo Vaca Diez¹, Daniela Cristina Barros de Souza Marcato¹

RESUMO

Este artigo é proveniente de uma pesquisa com o caráter investigativo, o qual teve como objetivo investigar pesquisas que unem a temática de Inclusão escolar a começar na primeira infância. A busca priorizou os artigos disponíveis nas plataformas da Anped e do Google Acadêmico no período de 2008 a junho de 2020, como recorte temporal. Teve como fundamentação teórica Mendes (2010), Glat (2007) e normativas como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A seleção resultou em 13 artigos pertinentes para a investigação. A partir da leitura destes, percebemos semelhanças e divergências nas concepções de educação inclusiva na Educação Infantil, as quais discutimos à luz de nossos pressupostos teóricos. Embora haja respaldo em leis e normativas, muitas crianças da Educação Especial ainda não encontram escolas que atendem as suas necessidades. Os resultados apontam que grande parte desses estudos são ainda exploratórios e conclusões semelhantes, sem aprofundarem as especificidades necessárias para que a inclusão de todas as crianças tenha início na Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, visto que, é nesse ambiente onde as crianças são desafiadas a desenvolverem-se de maneira integral, por meio da interação entre seus pares e troca de conhecimentos.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão escolar; Pesquisa bibliográfica.

ABSTRACT

This article comes from a research with an investigative character, which aimed to investigate research that unites the theme of school inclusion starting in early childhood. The search prioritized the articles available on Anped and Google Scholar platforms from 2008 to June 2020, as a time frame. Its theoretical foundations were Mendes (2010), Glat (2007) and regulations such as the National Curriculum Guidelines for Early Childhood Education (2010) and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008). The selection resulted in 13 articles relevant to the investigation. From the reading of these, we perceive similarities and divergences in the conceptions of inclusive education in Early Childhood Education, which we discuss in the light of our theoretical assumptions. Although there is support in laws and regulations, many Special Education children still do not find schools that meet their needs. The results indicate that most of these studies are still exploratory and similar conclusions, without deepening the specificities necessary for the inclusion of all children to start in Early Childhood Education, the first stage of basic education, since it is in this environment where children are challenged to develop in an integral way, through interaction among their peers and exchange of knowledge.

Keywords: Child education; School inclusion; Bibliographic research.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

*isabelapedag@gmail.com

*daniela.marcato@ufms.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é proveniente de uma investigação que selecionou e analisou pesquisas que discutiram a inclusão escolar na primeira infância.

Identificamos que em muitos casos essas temáticas atuam paralelamente quando se trata de crianças pequenas que tenham alguma condição de deficiência ou requeiram qualquer outra necessidade especial. Embora haja respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e em demais normativas em prol de uma educação inclusiva desde a Educação Infantil, ainda hoje, muitas crianças público-alvo da Educação Especial não encontram escolas que as atendam.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008, p. 2).

Seu objetivo é oferecer apoio especializado para todas as crianças público-alvo da Educação Especial como uma atividade complementar ao ensino comum, de modo a permitir que todos os estudantes, independentemente de suas características, possam frequentar a escola comum desde a Educação Infantil até a Educação Superior, como definiu a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Nosso referencial teórico priorizou as discussões de Mendes (2010) sobre a pertinência de uma inclusão escolar de qualidade, proporcionada desde a primeira infância. Nosso aporte teórico também incluiu normativas brasileiras, como a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) do ano 2010 e outros teóricos como Glat (2007), Mantoan (2015).

Objetivamos investigar trabalhos de pesquisa que discutissem a temática da inclusão na Educação Infantil, de modo a conhecer as perspectivas teóricas mais presentes na produção científica da área e que nos elucidassem acerca dos principais desafios para uma educação inclusiva desde essa etapa da escolarização. Para tal, realizamos uma pesquisa bibliográfica a partir de um levantamento no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) com o recorte temporal englobando o período dos anos de 2008 a junho de 2020, momento em que concluímos essa etapa da pesquisa. A busca foi priorizada nos GTs de Educação Especial e Educação Infantil e

para complementá-la, pesquisamos artigos no Google Acadêmico selecionando para a leitura e análise aqueles que fossem pertinentes com a temática.

A EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA PARA TODAS AS CRIANÇAS

A Educação Infantil tem o caráter de auxiliar o desenvolvimento integral da criança entre zero e cinco anos de idade. Nesta etapa devem ser desafiadas a descobrirem uma nova percepção de mundo, na qual elas são peças fundamentais (SILVA; BOLSANELLO, 2002). Os espaços sociais e experiências vão influenciar diretamente no desenvolvimento da criança, portanto, as instituições têm o papel de promover meios para que isso ocorra.

[...] a concepção de criança e infância na qual se acredita é a de que ela é um ser histórico, social e político, que encontra nos outros, parâmetros e informações que lhe permitem formular, questionar, construir e reconstruir espaços que a cercam. Apostamos numa concepção que não se fixa num único modelo, que está aberta à diversidade e à multiplicidade que são próprias do ser humano (MENEZES; CARVALHO; FILHO, 2016, p. 38).

Por muito tempo os direitos das crianças foram invisíveis. A partir da Constituição Federal (CF) de 1988 passou a ser dever do Estado a matrícula para as crianças entre 0 e 6 anos de idade e finalmente, com ênfase na questão pedagógica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394) de 1996, instituiu a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. A partir disso, outros documentos nortearam as práticas para esse público, como por exemplo, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 1999.

A Educação Infantil passou a ser reconhecida como um espaço que visa a interação e a brincadeira, a partir de eixos que possibilitem experiências por meios sensoriais, corporais e expressivos, como também, promover situações de autocuidado, saúde e bem-estar. Deve incentivar a exploração, os questionamentos, respeitando os desejos das crianças, além de oferecer o contato com a música, teatro, poesia, cinema etc. Nessa troca, a autonomia dela deve ser incentivada como parte da proposta curricular, em um ambiente onde sintam-se acolhida, respeitada e valorizada (BRASIL, 2010). Nesse

espaço o “educar e cuidar” se unem para auxiliar no desenvolvimento e experiências tão latentes com crianças entre zero e seis anos.

O Parecer CNE/CEB Nº: 20/2009, que deu origem ao texto final das novas DCNEI (2010), tornou perceptível que a Educação Infantil vivia “[...] um intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças” CNE/CEB Nº: 20/2009 (2009, p. 5). A atualização dos documentos norteadores atua como instrumento de consolidação da Educação Infantil de qualidade. Nesse sentido,

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de caráter mandatório, orientam a formulação de políticas, incluindo a de formação de professores e demais profissionais da Educação, e também o planejamento, desenvolvimento e avaliação pelas unidades de seu Projeto Político-Pedagógico e servem para informar as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer (CNE/CEB Nº: 20, 2009, p. 3).

Defender a educação para todas as crianças em um processo inclusivo é oferecer a todas elas oportunidades iguais de acesso. “[...] Implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educacional” (MANTOAN, 2003, p. 28).

Nessa vertente, é preciso considerar que as normativas para esse público estão em constante atualização. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) permitiu compreender a organização educacional para os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008). Teve como ideias primordiais que a Educação Especial “Inclusiva” perpassasse em todos os níveis de ensino, garantindo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a formação de professores capacitados para este.

No que tange à Educação Infantil na perspectiva inclusiva requer oferecer ferramentas para o desenvolvimento integral das crianças, o que não é sinônimo de camuflar a criança com deficiência, mas fornecer o acesso para o seu pleno desenvolvimento. Veiga (2008, p. 177) destaca que não se pode “[...] descuidar dos

aspectos do desenvolvimento que precisam ser estimulados, como o cognitivo, o socioemocional, o físico-motor e a linguagem”.

Mendes ressalta a importância de a inclusão iniciar nas creches, visto que:

[...] os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetado por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança. (MENDES, 2010, p. 47-48).

Ou seja, é nesse período escolar que as crianças desenvolvem etapas de extrema importância, tais como: habilidades de socialização, intelecto, oralidade, entre outros. Nessa perspectiva, todos os alunos são beneficiados com esse ambiente enriquecedor, tornando-os capazes de lidar com as diferenças do meio que os cerca.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Iniciamos com um levantamento bibliográfico cujo objetivo foi investigar artigos provenientes de pesquisas sobre a Inclusão na Educação Infantil. Os critérios elencados para a seleção deles incluíram serem artigos publicados entre 2008 a junho de 2020, posteriores à publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que em nossa concepção é o documento norteador da educação inclusiva desde então.

A busca ocorreu no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa (ANPED), delimitamos o GT7 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos) e GT15 (Educação Especial). Considerando o recorte temporal proposto, englobamos o período das reuniões 31ª a 39ª utilizando as palavras: “inclusão” e “Educação Infantil” e expressões “Inclusão na infância”, “Inclusão na Educação Infantil” e “Inclusão nas creches”.

Os resultados apontaram que no GT7, entre a 31ª e 39ª, de um total de 144 trabalhos, nenhum deles teve relação com a temática. O GT 15 apresentou 180 artigos no mesmo período e apenas um teve relevância para a pesquisa, com o título “Cenas do

cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão” pertencente a 36ª reunião.

Esse resultado direcionou para que o segundo momento da pesquisa contemplasse a busca sobre produções científicas no Google Acadêmico, seguindo os mesmos critérios de seleção já mencionados. Obtivemos um grande número de artigos como resultado, dentre os quais 32 deles foram selecionados por terem títulos que de fato envolvessem a educação inclusiva na Educação Infantil, o que nos levou a ler os resumos e, dentre esses, 12 artigos foram por serem considerados pertinentes para nossa discussão. O próximo momento englobou a leitura e análise dos artigos selecionados, cujas discussões incluíram pesquisas bibliográficas, pesquisas de campo, análises das políticas públicas, a inclusão a partir da perspectiva de professores e gestores, processo histórico da inclusão, estudos de casos de algumas cidades brasileiras (Araraquara, Campina Grande, Recife e Manaus), além de uma pesquisa realizada na cidade do Porto/Portugal que teve como objetivo descrever a opinião dos docentes sobre as necessidades educativas especiais a partir da entrevista com 244 docentes.

DISCUSSÃO DOS DADOS

A leitura dos artigos selecionados trouxe algumas reflexões relevantes das pesquisas sobre o processo de inclusão das crianças na primeira infância, apresentando os caminhos percorridos pelos pesquisadores para problematizar a temática. As Declarações de Jomtien (1990); Salamanca (1994) e Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foram os principais documentos citados. Entre os autores apareceram com frequência Mendes (2008; 2010; 2015); Mantoan (2001; 2006; 2015) e Kramer (2003; 2006).

Notamos que a maioria dos trabalhos mantém características similares quanto ao modelo de organização e discussão dos tópicos. Apresentam o contexto histórico da Educação Infantil e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, trazendo como referências as legislações e os avanços que obtiveram no decorrer da história. Este é um dado importante, porém há lacunas, uma vez que apesar da legislação brasileira na área da Educação ser avançada para os padrões internacionais “[...] a promulgação de leis e diretrizes políticas ou pedagógicas não garante, necessariamente, as condições para o seu devido cumprimento. A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples” (GLAT, 2007, p. 29).

Alguns trabalhos trazem resultados equivalentes, como os artigos de Bruno (2008), Carneiro (2012), Fachinetti; Nascimento; Giroto (2016) e Alves (2018) apontam que a Educação Infantil para os familiares das crianças e pedagogos ainda está ligada apenas ao cuidar, em uma perspectiva que não engloba o caráter pedagógico. Ou seja, entendem o cuidado como apenas garantia de alimentação e higiene, sem atrelá-lo às outras necessidades emocionais da criança, como atenção, afeto, diálogo e interação numa perspectiva educativa. Mendes (2010) em sua pesquisa, ressaltou:

Percebemos ainda, nas entrelinhas das falas das educadoras, que prevalece uma cultura de desvalorização da creche, enquanto ambiente de atenção às crianças pequenas de modo geral; e a permanência da criança no lar junto à família ainda parece ser vista como a melhor opção de cuidado e educação para a criança pequena. Tal crença sugere ser ainda mais arraigada no caso das crianças especiais e parece predominar o raciocínio expresso por uma das educadoras: “se fosse meu filho, não estaria aqui” (MENDES, 2010, p. 257).

As discussões de Lima; Machado (2012), Lima; Dorziat (2013) e Monteiro; Ribeiro (2019), abordam resultados sobre a falta de conhecimento do movimento inclusivo, que se refere às mesmas oportunidades para todas as crianças, pois muitos valores de infância estão naturalizados nos educadores. Contudo, a pesquisa realizada por Lima e Machado (2012) conclui que:

[...] as práticas de algumas professoras apontaram para um cotidiano marcado por situações de exclusão, negando às crianças com deficiência participarem de vivências fundamentais para o seu desenvolvimento. O ponto de vista da limitação prevalece nas ações docentes, mostrando a necessidade da existência de formação continuada, em vistas à efetivação de um trabalho que envolva toda a comunidade escolar (LIMA; MACHADO, 2012, p. 15).

Os estudos de Silva; Jurdi (2019), Soledade; Weigel; Neto (2018); Senna (2018) e Veiga (2008), ainda que envolvam um longo recorte temporal entre eles, mostraram que o movimento inclusivo se restringe às legislações. Encontra-se também “a falta de apoio de outros profissionais da equipe pedagógica, de recursos humanos, como professores auxiliares e mediadores, assim como de infraestrutura e materiais específicos” (SILVA; JURDI, 2019, p. 849). Logo, o cunho pedagógico acaba por ser relegado apenas para o momento do Atendimento Educacional Especializado. É necessário, portanto, que as instituições de Educação Infantil tenham “[...] adaptações na estrutura física da creche,

profissionais especializados e programas de formação para os professores” (MENDES, 2010, p. 257).

Ademais, os estudos apontaram a falta de matrícula de crianças público-alvo da Educação Especial nas escolas, ocasionando a escassez de estudos na área. Destacamos que embora os temas dos artigos abordem inclusão e Educação Infantil, não trazem como seriam as práticas inclusivas a começar nessa primeira etapa, ocasionando uma lacuna na compreensão do papel que a Educação Infantil representa para o desenvolvimento de todas as crianças.

A prática pedagógica na educação infantil tem sido analisada ultimamente no sentido de superar ações que eram baseadas no cuidar, promovendo reflexões sobre o papel de educar. No entanto, práticas pedagógicas arraigadas em um modelo educacional assistencialista e excludente não se modificam por decreto. Concepções precisam ser modificadas na busca desse ideal. Além da mudança conceitual sobre o papel da educação infantil no desenvolvimento global e integral da criança, quando falamos de construção de escola inclusiva temos que pensar também em uma mudança conceitual sobre a quem a escola se destina (CARNEIRO, 2012, p. 86).

Nesse sentido, é preciso uma nova reforma na estrutura educacional das creches trazendo uma nova concepção de Educação Infantil. Essa etapa da educação quando oferecida com qualidade traz benefícios para todas as crianças que ali estão inseridas, não apenas aquelas que são público-alvo da Educação Especial. O desenvolvimento global da primeira infância envolve a participação plena dos professores e gestores que atuam nessa faixa etária, oferecendo meios para que a corrente educacional obtenha sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do nosso objetivo geral de analisar os trabalhos de pesquisa que unissem a temática da inclusão na Educação Infantil, identificamos que ainda há poucas produções que abordam essa discussão, embora muitas vezes apareçam no título e resumo as duas concepções, no desenvolver dos artigos, as pesquisas científicas demonstram conclusões similares: é dever do estado oferecer a matrícula e cabe ao professor fazer com que a inclusão ocorra. Em muitas das análises, notamos a falta de adentrar nas especificidades da Educação Infantil e como seria a educação inclusiva nessa etapa.

Essa faixa etária tem respaldos normativos e diretrizes que envolvem mudanças nas práticas pedagógicas dos professores, trazendo a Educação Precoce como um recurso necessário para o desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças, uma vez que ao conviver com seus pares novas descobertas são feitas e as diferenças podem ser respeitadas e valorizadas. Dessa forma, a Educação Infantil torna-se um processo de conhecer o outro e a si mesmo (SILVA; BOLSANELLO, 2002).

Compreender a inclusão é antes de tudo ver a criança como um sujeito de direitos que merece ser educada como uma ferramenta de construção social (GLAT, 2007). A ideia não é defender a inserção total das crianças público-alvo da Educação Especial, ignorando suas particularidades, mas unir os conhecimentos provenientes da Educação Especial realizada nas instituições especializadas nas escolas regulares proporcionando a todas as crianças uma educação de qualidade. Esse paradigma pode trazer benefícios a todas as crianças de forma que suas especificidades sejam atendidas e respeitadas.

Diante disso, para uma educação inclusiva na Educação Infantil é necessário oportunizar um ambiente rico entre os pares com atividades desafiadoras e direcionadas para as diferentes crianças das diversas faixas etárias, de modo a possibilitar o desenvolvimento integral dos envolvidos. Em especial, englobar a pertinência da participação das crianças nessa primeira etapa da Educação Básica, como um meio favorável para o desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabíola Fernanda Patrocínio. **A inclusão das crianças com deficiência na educação infantil: processo em construção** Educação, vol. 41, n. 2, p. 270-279, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de fevereiro 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009**. Brasília, 11 nov. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRUNO, Maria Moraes Garcia. **A construção da escola inclusiva: uma análise das políticas públicas e da prática pedagógica no contexto da Educação Infantil.** Revista Ambiente Educação, Curitiba, v. 1, ed. 2, p. 56-67, 2008.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação Inclusiva na Educação Infantil. **Dossiê Temático: Infância e Escolarização**, [S. l.], p. 81-94, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; NASCIMENTO, Beatriz A. Barboza do; GIROTO, Cláudia Regina Mosca. O trabalho pedagógico para alunos público-alvo da educação especial: investigando a inclusão na Educação Infantil. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 861-888, 2016.

GLAT, Rosana. **Estratégias Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar.** Rio de Janeiro, 2007.

LIMA, Maria Betania Barbosa de Silva; DORZIAT, Ana. **Cenas do cotidiano nas creches e pré-escolas: um olhar sobre as práticas de inclusão.** 36ª Reunião Nacional da ANPED, Goiânia, 2013.

LIMA, Midiam Henrique Silva; MACHADO, Laêda Bezerra. **Prática de Inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil.** Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME FURB, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 595-609, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. São Paulo, 2003.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MENEZES, Lídia Azevedo de; CARVALHO, Débora Aldyane Barbosa; FILHO, Nicolino Trompieri. Um olhar sobre o cuidar e educar na Educação Infantil. **Educação & Linguagem**, [S. l.], ano 3, n. 1, p. 32-44, 2016.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **O lugar das crianças com deficiências na Educação Infantil e políticas de inclusão na educação brasileira.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 730-745, 2019.

MOURA, Karina Rumi de. **Abordagem da saúde da criança na educação infantil: percepção de educadoras** / Karina Rumi de Moura. – São Carlos: UFSCAR, 2013.

PERIN, Andrea Eugênia. Estimulação Precoce: sinais de alerta e benefícios para o desenvolvimento. **Revista de Educação do Alto Uruguai**, [S. l.], v. 5, n. 12, p. 2-13, 2010.

SILVA, Cristiane Ribeiro; BOLSANELLO, Maria Augusta. **No cotidiano das creches o cuidar e o educar caminham juntos**. Interação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, p. 31-36, 2002.

SILVA, Carla Cilene Baptista da; JURDI, Andrea Perosa Saigh. **Experiências e apontamentos de professoras de creche sobre inclusão escolar**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, [S. l.], p. 842-854, 21 jul. 2021.

SOLEDADE, Jacy Alice Grande; WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros; NETO, Jaspe Valle; SENNA, Débora Napoleão de. **Políticas públicas de inclusão na Educação Infantil - fase creche: conquistas ou desafios?** Revista Com Censo, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 14-21, 15 ago. 2018.

VEIGA, Marcia Moreira. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. **Revista Paidéia**, [S. l.], p. 169-196, 2008.

Recebido em: 15/05/2022

Aprovado em: 18/06/2022

Publicado em: 22/06/2022